

## **ACTA NÚMERO 17/XII/ 1.ª SL**

Aos 2 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

### **I PARTE**

**09h30**

Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2012.

Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

### **II PARTE**

**10h00**

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes sobre as Orientações para o processo orçamental da União Europeia relativamente a 2012 [no âmbito da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto] [reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública]

### **III PARTE**

#### **Após a Audição**

1. Apreciação e votação da Acta n.º 16/XII/2011;
2. Informações;
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
  - Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um mecanismo de

avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen [COM(2011)559]. Deputado Autor de Parecer: António Rodrigues (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560]. Deputado Autor de Parecer: António Rodrigues (PSD).
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao controlo do respeito dos direitos de propriedade intelectual a cargo das autoridades aduaneiras [COM (2011)285]. Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO sobre um sistema comum de imposto sobre as transacções financeiras e que altera a Directiva 2008/7/CE [COM (2011)594];
- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho relativamente a determinadas disposições aplicáveis a mecanismos de partilha de riscos para Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira [COM (2011)655];
- PARECER DA COMISSÃO relativo ao pedido de adesão à União Europeia apresentado pela República da Croácia [COM(2011)667];

5. Debate sobre o modo de acompanhamento, pela Comissão de Assuntos Europeus, das formações do Conselho.

6. Outros assuntos.

---

## **I PARTE**

**09h30**

### **Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2012.**

Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou o parecer elaborado por si, dando conta das principais disposições dele constantes, bem como das respectivas conclusões. Em sede de debate, interveio o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), que realçou algumas das opções já presentes em sede da Proposta de Lei em análise e deu conta da posição favorável do Grupo Parlamentar do PS ao parecer. De igual modo interveio o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP). O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) subscreveu a posição favorável ao parecer, após o que este foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

## **II PARTE**

**10h00**

### **Audição do Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes sobre as Orientações para o processo orçamental da União Europeia relativamente a 2012 [no âmbito da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto] [reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública]**

O Sr. Presidente da Comissão começou por dar as boas vindas ao Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes, enquadrando a audição nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto, referente ao incentivo, pela Comissão de Assuntos Europeus, de uma maior participação da Assembleia da República na actividade desenvolvida pelas instituições europeias.

De seguida, interveio o Sr. Deputado José Manuel Fernandes, que efectuou uma apresentação sobre as Orientações para o processo orçamental da União Europeia relativamente a 2012, das quais se realçam, como temas principais, o Quadro

Financeiro Plurianual (QFP), a Política de Coesão, os desafios políticos da Estratégia 2020 e as propostas actualmente em debate, nomeadamente em sede de modelo de financiamento e da reforma do sistema de fundos próprios.

Em sede de debate na 1.ª ronda, intervieram a Sra. Deputada Maria Helena André (PS), o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), o Sr. Deputado Honório Novo (PCP), a Sra. Deputada Ana Drago (BE), tendo usado da palavra o Sr. Deputado José Manuel Fernandes sequencialmente após cada intervenção. O Sr. Presidente da Comissão passou, de seguida, a palavra ao Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Sr. Deputado Eduardo Cabrita, para uma intervenção, tendo posteriormente dado início à segunda ronda de intervenções, na qual usaram da palavra o Sr. Deputado Nuno Matias (PSD), o Sr. Deputado João Serpa Oliva, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) e, enfim, o Sr. Deputado João Lobo (PSD). O Sr. Deputado José Manuel Fernandes usou, novamente, da palavra para responder e comentar as intervenções anteriores.

Foi consensual a valorização, por todos os Grupos Parlamentares, de iniciativas desta natureza, pela promoção da participação das Sras. e Srs. Deputados da actividade desenvolvida pelas instituições europeias, e num contexto de grande relevância dos assuntos europeus.

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, podendo as gravações e a apresentação efectuada ser acedidas através da [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus.

### **III PARTE**

#### **Após a Audição**

##### **1. Apreciação e votação da Acta n.º 16/XII/2011;**

A acta n.º 16/XII/2011, referente à reunião de 25 de Outubro, foi votada e aprovada por unanimidade.

##### **2. Informações**

O Sr. Presidente da Comissão recordou terem sido enviados, para conhecimento das Sras. e dos Srs. Deputados da Comissão, o Relatório da visita de Trabalho à Secretaria

de Estado dos Assuntos Europeus, bem como as sínteses das audiências concedidas pelo Sr. Presidente ao Chefe interino da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Eng. Luís Sá Pessoa; ao Embaixador da Ucrânia em Portugal e, ainda, ao Embaixador da Sérvia em Portugal.

De seguida, deu conta do convite formulado pela Comissão de Agricultura e Mar (CAM) para a participação da CAE no encontro com o Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș, para discutir a reforma da PAC, no dia 8 de Novembro, às 18h30, tendo a CAE emitido pronúncia favorável à participação.

O Sr. Presidente informou, adicionalmente, que a CAM procedera a uma análise das iniciativas que lhe haviam sido remetidas para escrutínio, tendo deliberado escrutinar 12 (das quais 9 ao abrigo do Protocolo n.º 2). A 7.ª Comissão deliberou não escrutinar a seguinte iniciativa, no âmbito do Protocolo n.º 2, ficando em sede da CAE, para escrutínio, a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1760/2000 no respeitante à identificação electrónica dos bovinos e que suprime as disposições sobre rotulagem facultativa da carne de bovino [COM (2011)525]. Por consenso, tendo em consideração o conteúdo da iniciativa e tendo a Comissão de Agricultura e Mar deliberado não pronunciar-se, a CAE decidiu não proceder ao escrutínio.

Ainda relativamente ao escrutínio de iniciativas europeias, e na sequência do debate ocorrido em sede de Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares, foi discutida a criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão, com vista a uma análise – a funcionar na base consensual – das iniciativas a serem alvo de escrutínio, com reuniões semanais que, inicialmente, seriam asseguradas pelo Sr. Presidente da Comissão e os Coordenadores dos Grupos Parlamentares. O Sr. Deputado Carlos Costa Neves subscreveu a proposta, sugerindo que o Grupo reunisse imediatamente após a reunião da Comissão, e que fosse procurado um justo equilíbrio na distribuição de iniciativas. O Sr. Deputado Honório Novo, por seu turno, reiterou a importância do funcionamento com base no consenso, questionando a necessidade de reuniões formais, tendo o Sr. Deputado João Serpa Oliva subscrito a sugestão de envio prévio de uma listagem de iniciativas a distribuir, para melhor preparação da reunião. O Sr. Presidente propôs, então, a criação formal do Grupo de Trabalho e a realização de uma reunião após a reunião ordinária da Comissão na semana seguinte, para acertar os critérios de funcionamento do Grupo, reiterando a importância da formalidade da reunião para ratificação das deliberações sobre a distribuição das iniciativas. Esta proposta foi unanimemente aceite.

Relativamente à sugestão do Sr. Deputado Carlos Costa Neves com vista a um idêntico procedimento para a análise das agendas das formações específicas do Conselho, foi decidido avançar com as questões separadamente.

Sobre a questão levantada na reunião anterior da Comissão, pelo Grupo Parlamentar do BE, esta ficou em suspenso, em função do andamento dos trabalhos do GT.

Posteriormente, o Sr. Presidente deu conta da recepção de um ofício do Presidente do Tribunal de Contas, que lhe fora dirigido, convidando um representante da Comissão para a sessão de apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2010, tendo manifestado a intenção de participar na sessão.

O Sr. Presidente informou, de seguida, que a *Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União [COM(2011)634]*, remetida ao abrigo do Protocolo 2 anexo ao Tratado de Lisboa, fora distribuída às Comissões de Agricultura e Mar de Segurança Social e Trabalho, e seria distribuída posteriormente na CAE, para emissão de parecer. Relativamente a esta iniciativa, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou, entretanto, o Projecto de Resolução n.º 117/XII/1.<sup>a</sup>, que *Recomenda ao Governo que defenda intransigentemente a manutenção do programa comunitário de ajuda alimentar a carenciados, demovendo a minoria de bloqueio constituída por sete Estados Membros e promovendo a adequação da regulamentação às necessidades de financiamento do mesmo*. O Sr. Presidente deu conta da baixa desta iniciativa à Comissão de Agricultura e Mar, tendo sido dado conhecimento à CAE.

### **3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen [COM(2011)559].

Deputado Autor de Parecer: António Rodrigues (PSD).

O Sr. Deputado António Rodrigues apresentou o parecer, relativamente ao qual não foram suscitadas questões. O parecer foi, então, submetido a votação, tendo sido

aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, verificando-se a ausência do BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560].

Deputado Autor de Parecer: António Rodrigues (PSD).

O Sr. Deputado António Rodrigues apresentou o parecer, realçando as disposições constantes da parte IV do mesmo relativamente à violação do princípio da subsidiariedade. Os diversos Grupos Parlamentares presentes subscreveram a proposta dele constante, sendo igualmente realçada a importância do debate desta matéria em Sessão Plenária. Foi, de seguida, debatido o teor do Projecto de Resolução referido no Parecer, a apresentar pela Comissão de Assuntos Europeus. O parecer do Sr. Deputado António Rodrigues foi, de seguida, votado nas suas partes I, II e IV, tendo sido aprovado por unanimidade. Quanto à parte expositiva do Projecto de Resolução, esta foi aprovada com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP. A parte resolutiva foi aprovada por unanimidade. Em todas as votações registou-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao controlo do respeito dos direitos de propriedade intelectual a cargo das autoridades aduaneiras [COM (2011)285].

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).

O Sr. Deputado Honório Novo apresentou o parecer, bem como as questões nele suscitadas. Não se registando intervenções no período de debate, o mesmo foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

#### **4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

O Sr. Presidente deu conta da nota remetida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativa à impossibilidade de esta Comissão proceder ao escrutínio de iniciativas europeias durante o período de apreciação do Orçamento do Estado para 2012. Neste contexto, foi deliberado distribuir, para elaboração de parecer, duas iniciativas que haviam sido remetidas àquela Comissão, no âmbito do Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado de Lisboa:

- Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO sobre um sistema comum de imposto sobre as transacções financeiras e que altera a Directiva 2008/7/CE [COM (2011)594];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho relativamente a determinadas disposições aplicáveis a mecanismos de partilha de riscos para Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira [COM (2011)655];

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Sr. Deputado Francisco Assis.

Enfim, e apesar de não se constituir como uma iniciativa remetida ao abrigo do Protocolo nº 2, a CAE considerou pertinente pronunciar-se sobre a iniciativa abaixo referida, previamente ao envio, pelo Governo, do Tratado de Adesão da Croácia à UE, (sob a forma de Proposta de Resolução).

- PARECER DA COMISSÃO relativo ao pedido de adesão à União Europeia apresentado pela República da Croácia [COM(2011)667];

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Sr. Deputado Nuno Matias.

**5. Debate sobre o modo de acompanhamento, pela Comissão de Assuntos Europeus, das formações do Conselho.**

Para além do debatido anteriormente sobre esta matéria, o presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**6. Outros Assuntos**

O Sr. Presidente recordou as reuniões seguintes da Comissão, a 4 e 8 de Novembro, com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e os deputados Portugueses ao Parlamento Europeu Diogo Feio e Elisa Ferreira, respectivamente.

De seguida, e por sugestão do Sr. Deputado Carlos Costa Neves, foi debatida a agenda do Conselho ECOFIN, previsto para 8 de Novembro, tendo sido consensual a deliberação no sentido de propor a audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, envolvendo as Comissões competentes em razão da matéria.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Novembro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**PAULO MOTA PINTO**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Drago  
António Rodrigues  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Duarte Marques  
Francisco de Assis  
Honório Novo  
João Lobo  
João Serpa Oliva  
Maria Ester Vargas  
Maria Helena André  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Mota Pinto  
Pedro Silva Pereira  
Sérgio Azevedo  
Vitalino Canas  
Fernando Serrasqueiro  
Laura Esperança

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
José Manuel Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rosa Maria Albernaz